

ENTENDENDO O ORIENTE MÉDIO

4º PARTE

No deserto, as leis demográficas de Malthus determinam tudo



A. C. Pinheiro Greggio

Este artigo é o quarto de uma série sobre a Política do Oriente Médio. Como dissemos, o único jeito de entendê-la é mergulhar nas origens e nos primeiros tempos do Islam, entre os séculos VII e XIII DC. Nesse período se formaram os mais importantes O Profeta Muhammad morreu em 632 DC sem indicar seu sucessor. A precria colônia das tribos da Arábia recém convertidas ao Islam quase se desfaz. Entre as tribos do deserto, o modo natural e legítimo de sucesso era o da linhagem genética de acordo com regras semelhantes às praticadas em todo o mundo: filhos sucedem aos pais etc., e, se a linhagem direta se quebra, prossegue pelas linhagens colaterais. Esse princípio universal se aplica tanto aos bens quanto aos títulos – príncipes, reis, etc. Se o leitor consultar a árvore genealógica publicada no artigo anterior, verá que o mais legítimo e natural sucessor de Muhammad era seu primo **Ali ibn Abu Talib**, trinta anos mais jovem. Além de ser o parente masculino mais próximo, Ali era o seu mais fiel seguidor, o primeiro a se converter ao Islam e para mais forçar essas laços, casado com Fátima, a filha primogênita de Muhammad. Se Ali fosse o escolhido, as tribos da Arábia certamente aceitariam e passariam a obedecer-lhe.

Havia, porém, um forte argumento contra essa opção. O Islam não era propriedade de ninguém. Era religião universal, acima das tribos, dos reis, dos chefes, de tudo. Muhammad não era rei nem chefe de Estado. Ele próprio afirmava que não passava de homem comum, que Deus escolhera para a missão de divulgar a Verdade divina, apenas isso. O título de Mensageiro de Deus (*rasul Allah*) não podia, portanto, ser transmitido por herança.

Mas era apenas parte da verdade. Como dissemos no artigo anterior: *Embora Muhammad fosse líder espiritual, de fato tinha grande autoridade temporal. O Islam era Lei universal que se aplicava ao indivíduo, à família, à saúde, à educação, ao comércio, à justiça civil e penal, à guerra. Era inevitável, portanto, que o chefe espiritual do Islam – Muhammad – fosse também governante e político de facto.*

A sucessão de Muhammad devia ser resolvida imediatamente pelos líderes de Meca e Medina, sob pena de desintegração da comunidade universal das crentes. O Islam, naquela fase, não tinha organização política e administrativa: era uma frágil colônia de tribos, uma nação em formação, que ainda não se organizara como Estado.

Formaram-se dois partidos: os legitimistas, que indicavam Ali como sucessor; e os republicanos, que preferiam um sucessor indicado pela comunidade islâmica. Venceram os republicanos, que indicaram **Abu Bakr**, que não figura na nossa árvore genealógica, como primeiro califa após Muhammad. Seu califado durou apenas dois anos, de 632 a 634, quando morreu.

Nos dois anos de seu curto califado, Abu Bakr se dedicou a submeter e apaziguar as tribos e a unir a Arábia numa só colônia nacional. Conhecendo a mente dos beduínos, ou o melhor dos argumentos para uni-los e arregimentá-los: a Guerra Santa contra os "infieis". Por razões li-

gadas à biologia da vida no deserto, a guerra é a mais vital atividade das tribos, tanto quanto a caça é vital para os predadores. Assaltar caravanas, cidades ou acampamentos das tribos rivais, longe de serem considerados como crimes eram feitos de armas altamente honrosas, que exaltavam os xeiques e eram cantados pelos poetas. Essas ações de guerrilhas se denominavam *ghazawat* – غزوات – cuja pronúncia aproximada em português seria *gazuádui*, que deu origem ao termo *raízia* em português.

Antes de prosseguir, um esclarecimento ao leitor: não condene os beduínos por seu abominável comportamento sem compreender seus motivos. Os desertos da Arábia só têm pastagens e água para me-

eram conduzidas por algum governo forte, estável e determinado. Mas quem estuda o outro lado, o religioso, só enxerga divisões, rivalidades e guerra civil, aberta ou latente, entre as facções em disputa do califado. Os fatos indicam que aconteciam, em verdade, duas Histórias simultâneas e desencontradas.

Abu Bakr morreu em 634 DC e é sucedido por Umar ibn al-Khattab. No período de Umar – dez anos, de 634 a 644 – as tropas árabes conquistam a Síria e a Palestina, o Líbano, o Iraque, grande parte do Irã e o Egito. Rios de dinheiro, na forma de moedas de ouro ou prata dos impostos, inundam os erários do Califado em Medina. Coube a Umar administrar a nova situação – e ele o fez da

séria do Profeta Muhammad. Era sinceramente piedoso, mas ruim dirigente. No seu mandato de 12 anos (644 a 656 DC) a situação geral do Império se tornou instável, com manifestações e revoltas nos territórios conquistados. Era óbvio: o Império se deteriorava por causa do odioso regime estabelecido por Umar. Não eram apenas os povos dominados e os recém convertidos ao Islam. A discriminação atingia também as tropas árabes aquarteladas no sul do Iraque e no Egito.

Não obstante, as conquistas militares se expandiram até a Ásia Central. Em Damasco, seu primo Muávia conquistou a cidade no centro administrativo e militar do Império árabe em formação.

O primeiro problema enfrentado por Muávia foi um acerto de pestes bubônica que matara mais de 90% da guarnição militar árabe na Síria. De certo modo, a peste o livrara de um problema, pois permitia que Muávia substituisse as tropas beduínas por soldados sírios, disciplinados e profissionais ex-combatentes do exército bizantino.

Em 654 crescem os rumores de revolta geral. Atônito, sem entender o porquê da revolta, Umar convoca reunião dos governadores das províncias, na qual deve ter sido informado de que as tropas do Egito e do sul do Iraque – para resumir a história – queriam sua renúncia e a eleição de Ali como novo Califa.

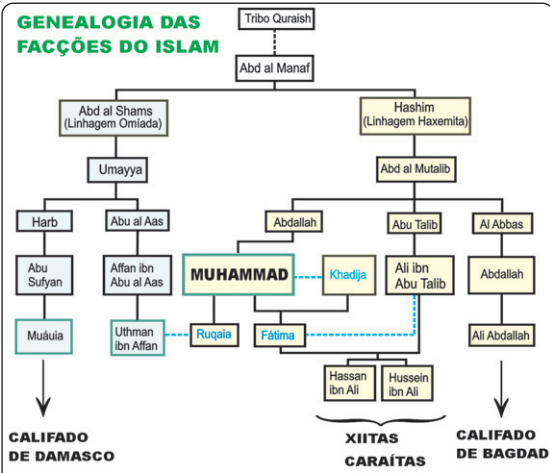
Em 655 AD Umar comete um erro fatal: decide parlamentar diretamente com os desertores. Convida-os a um encontro em Meca, após a peregrinação anual. Os rebeldes enviam delegações, mas, ao chegar, caem na realidade: a maioria dos peregrinos apoiam Umar. Isso não o impede de se entender com os numerosos partidários locais de Ali e ganhar mais adeptos para sua causa. Mas o próprio Ali, que vivia em Medi-

na com a família, preferiu manter-se distante para não ser acusado de fidelidade política em causa própria. Muávia, que também comparecera à peregrinação, alarmado com o perigo, oferece enviar suas tropas sírias para proteger o Califa, mas Umar não aceita, por temor provocar guerra civil.

Sentindo-se senhores da situação, os rebeldes exigiram a renúncia de Umar. Sitaram sua casa e finalmente, em junho de 656 DC, escaramos os muros e o assassinaram. Em sucesso do Profeta, seu lugar a Ali. O Califa legítimo devia ser eleito entre os membros de um conselho de seis representantes, votado pelos seus pares. Ali era um dos seis, mas não podia aceitar o título naquelas circunstâncias. Diante disso, os rebeldes procuraram outros membros do conselho, mas nenhum aceitou. Enfim, para evitar o agravamento da crise, chegou-se a um consenso e Ali foi escolhido e aceitou.

Depois de três frustrações, venceu o lado legitimista na sucessão do Profeta. Mas os perdedores não aceitaram e exigiram o esclarecimento do assassinato de Umar, implicando que Ali seria cúmplice ou mandante. Muávia, solidamente estabelecido em Damasco, assumiu o comando da oposição. A partir daí, o Islam se dividiu em facções, as quais depois se subdividiram, e assim perduram até hoje.

Continua no próximo número do INCONFIDÊNCIA. Economista



Para entender a política e a História do Oriente Médio, as árvores genealógicas são essenciais

de 1 milhão de habitantes. Para sobreviver, cada grupo precisa de grandes extensões e do controle de rotas e de pontos de água. Como a população total tende a aumentar além do limite máximo, o único modo de manter o equilíbrio é a guerra. É cruel, mas é lei da Natureza.

Voltando à nossa narrativa. Abu Bakr ofereceu aos árabes uma nova perspectiva guerreira muito superior às tradicionais raízas: a Guerra Santa contra os dois maiores impérios da época, o Bizantino e o Persa. Em vez de lutarem entre si, as tribos deveriam se unir sob a bandeira do Islam e, em nome de Deus, atacar as duas antigas e civilizadas potências, onde havia riquezas incalculáveis, prósperas cidades, belas mulheres, incontáveis escravos, tudo, enfim, para conquistar. A oportunidade era excelente, pois os dois impérios estavam escuriados pelas recentes guerras entre si e devastados por epidemias de peste bubônica.

Como consequência da habil política de Abu Bakr, formou-se na Península Arábica uma nova força militar difícil de controlar, que passou a atuar com seu próprio impeto.

A partir desse ponto a História do Islam se divide em duas vertentes, a militar e a religiosa, cada uma com sua própria dinâmica interna. Quem acompanha a brilhante série de conquistas árabes entre 634 e 750 AD tem a impressão de que

pio forma possível, impondo um utópico regime de supremacia teocrática árabe que, na prática, fomentou parasitismos, privilégios, separações e ressentimentos. Segundo o Professor Phillip Hitti, o plano de Umar estabelecia três diretrizes:

1. Nenhum infiel (*kafir*) teria permissão para viver na Península Arábica.
2. Muçulmanos árabes deveriam se separar das populações submetidas e constituir uma exclusiva aristocracia militar e administrativa. Todos os incluídos nesta classe receberiam vencimentos ou soldadas, se administradores ou militares, ou pensões, caso fossem aposentados, inválidos, orfãos ou viúvas.
3. Todos os demais povos do Império seriam apartados em castas subalternas obrigadas a servir à aristocracia árabe. Os convertidos ao Islam seriam isentos dos impostos devidos pelos infieis, mas não seriam admitidos na aristocracia.

O regime estabelecido por Umar gerou rancores e revoltas, especialmente por parte dos convertidos ou dos prisioneiros de guerra reduzidos à escravidão. Um destes, militar persa, assassinou Umar em 644 DC.

Seu sucessor, Umar ibn Afan, pertencida à linhagem dos Umayya. A eleição foi contestada devido ao passado de sua família, líder da elite de Meca, adver-